



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Senhor Fernando Borja)

*Cria a Carteira de
Identificação Estudantil gratuita
e digital*

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída em todo o território nacional a Carteira de Identificação Estudantil Digital – CIED, de emissão gratuita e de responsabilidade do Ministério da Educação.

§1º A CIED é válida para comprovação da condição de estudante, para fins de gozo do direito previsto no art. 1º da Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013.

Art. 2º. O Ministério da Educação deverá estabelecer um modelo único nacional e poderá, para fins da emissão da CIED, poderá realizar convênios com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e demais entidades públicas ou privadas.

Art. 3º. O estudante, ao solicitar a CIED, declarará o seu consentimento para o compartilhamento dos seus dados cadastrais e pessoais com o Ministério da Educação, para fins de implantação de um cadastro nacional destinado unicamente à formulação, implementação, execução, avaliação e monitoramento de políticas públicas.

Parágrafo único. É vedado, sob pena de responsabilidade, a utilização dos dados do cadastro da CIED para fins diversos do previsto no caput.

4º. O estudante com idade igual ou superior a dezoito anos e o responsável legal pelo estudante com idade inferior a dezoito anos responderão pelas informações autodeclaradas e estarão sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais previstas em lei na hipótese de fraude.

5º A CIED será válida enquanto o aluno permanecer matriculado e perderá a validade quando o aluno se desvincular do referido estabelecimento.

Art. 6º. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo máximo de noventa dias, sob pena de responsabilidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nosso Projeto de Lei visa resolver o vácuo legal ocorrido em razão da perda de eficácia da Medida Provisória nº 895, de 2019.

A Lei nº 12.933, de 2013, assegura aos estudantes o acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em todo o território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral.

Atualmente, os estudantes para fazerem valer seu direito são obrigados a pagar a associações de estudantes, muitas vezes sem ter condições de fazê-lo. Por isso, a ideia da MP 895/19 de criar uma carteira estudantil digital e gratuita tem um grande apelo social, pois atende às camadas mais pobres da nossa população.

Nossa propositura não cria o monopólio do Estado e os estabelecimentos de ensino e as atuais entidades estudantis poderão continuar a emitir carteiras estudantis para fins de obtenção da meia entrada.

O que estamos propondo é dotar os estudantes e suas famílias de uma opção gratuita e eficiente de obtenção da carteira estudantil.

Sala das Sessões em, de fevereiro de 2020.

Deputado FERNANDO BORJA

AVANTE/MG